

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.991 - SC (2019/0325054-5)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E  
TECNOLOGIA - INMETRO  
**RECORRIDO** : MR EVENTOS E FESTAS LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA. REDIRECIONAMENTO. GRUPO ECONÔMICO. REQUISITOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

Não cabe o redirecionamento da execução fiscal contra empresa pretensamente integrante do mesmo grupo econômico da devedora quando inexistirem indícios de desvio de finalidade societária, confusão patrimonial ou dissolução irregular" (fl. 30e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

Não se acolhem os embargos de declaração quando o embargante não comprova a existência, no acórdão embargado, de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, pretendendo na verdade, a pretexto de vício, apenas a rediscussão da causa e o prequestionamento numérico de dispositivos legais" (fl. 54e).

No Recurso Especial, alega-se ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC e 132, parágrafo único, do CTN, argumentando que (a) "em que pese a interposição de embargos declaratórios, o tribunal *a quo* omitiu-se na apreciação das omissões apontadas" (fl. 64e); (b) "tais circunstâncias arguidas nos embargos seriam bastantes não apenas à sucessão, como ao redirecionamento da execução, tendo em vista o encerramento da executada. Ademais, sob o viés normativo, também silenciou quanto à observância e incidência do art. 132, parágrafo único do CTN" (fl. 65e); (c) "nos termos da Súmula 435/STJ, o encerramento das atividades

# *Superior Tribunal de Justiça*

da executada no domicílio fiscal já autorizaria o redirecionamento do feito executivo" (fl. 66e); (d) "a executada não mais funciona no seu domicílio fiscal, a nova empresa desenvolve suas atividades no mesmo endereço da executada, no mesmo ramo de atividades, tendo como única sócia a sócia-administradora da executada, sob outro CNPJ e outra razão social" (fl. 67e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido na origem.

O recurso merece parcial provimento.

Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento, interposto em face de decisão que indeferiu o pedido de redirecionamento da execução fiscal.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, nos seguintes termos:

"Pelo que se vê dos autos, a execução de dívida ativa de origem (multa) foi ajuizada em 2015 contra a sociedade **MR Eventos e Festas LTDA ME** (antiga Marcos Antônio Dias de Moraes ME), para a cobrança de R\$ 753,57 (evento 1, CDA2, do processo originário). Não encontrados bens em nome da devedora, a exequente postulou o redirecionamento da execução fiscal contra a sociedade **Catarina Montibeller - ME** (Restaurante Nogueiras), ao fundamento de que integrava o mesmo grupo econômico (evento 28 do processo originário), o que foi indeferido pela decisão agravada (evento 71 do processo originário).

(...)

Como visto, o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do **grupo econômico - que pressupõe a existência de uma empresa principal e outras subordinadas** -, para efeito de configurar a solidariedade passiva. Ou seja, para a configuração do **grupo econômico, é necessária a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal**. É necessário que haja coordenação dos entes empresariais.

No caso dos autos, a executada e a empresa Catarina Montibeller-ME contam com administração unificada (cf. evento 69, OUT6 e evento 69, OUT7, do processo originário).

Todavia, tal fato não é suficiente ao redirecionamento da execução fiscal. Para a responsabilidade solidária pelos créditos executados exige-se que seja demonstrado ocorrência de desvio de finalidade societária, confusão patrimonial ou dissolução irregular, não bastando que haja interesse econômico compartilhado, tenham a mesma razão social ou quadro societário e atuem no mesmo ramo de negócios.

# Superior Tribunal de Justiça

Confira-se:

(...)

Vê-se, pois, que a existência de grupo econômico não legitima, por si só, a inclusão das empresas dele integrantes no polo passivo da execução, por ausência de previsão legal nesse sentido, não sendo aplicável por analogia o art. 30, IX, da Lei nº 8.212, de 1991, que trata especificamente das contribuições previdenciárias.

Assim, não se pode concluir pela responsabilização de terceiro.

Acresce que nem para a parte agravante está clara a questão, uma vez que ora entende ter havido formação de grupo econômico, para depois postular fosse reconhecida 'a sucessão empresarial, bem como grupo econômico'.

Portanto, não foram apresentados motivos suficientes à reforma da decisão agravada" (fls. 31/33e).

Contra esse acórdão, a agravante opôs Embargos de Declaração, sustentando, em síntese, que:

"A Turma negou provimento ao agravo, ao fundamento de que a administração unificada (entre a executada e a empresa Catarina Montibeller - ME) não é suficiente à responsabilidade desta última.

**Ocorre que não se trata apenas de administração unificada.**

**A empresa executada não desenvolve mais suas atividades no endereço de domicílio fiscal, como arguido na inicial do agravo de instrumento:**

em cumprimento ao r. mandado de penhora extraído dos autos do mandado em referência, me dirigi à Rua MARIO CESAR CIRILO, 220, CENTRO, TIJUCAS - SC, e ali estando, constatei que no local funciona o Restaurante das Nogueiras - CNPJ 23.433.020/0001-51, onde falei com o Gerente, Sr. Felipe Moraes que disse que a destinatária funcionou no local e que desconhece o seu atual paradeiro.

No mesmo endereço, passou a atuar a empresa Catarina Montibeller – ME. A empresa Catarina Montibeller – ME atua no mesmo ramo de atividade da executada 1 . E a sócia administradora da executada é a sócia (única) da empresa Catarina Montibeller – ME.

A situação exposta atrai a incidência do art. 132, parágrafo único do CTN:

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é

# Superior Tribunal de Justiça

responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

**Como dito, a executada não mais funciona no seu domicílio fiscal, a nova empresa desenvolve suas atividades no mesmo endereço da executada, no mesmo ramo de atividades, tendo como única sócia a sócia-administradora da executada, sob outro CNPJ e outra razão social.**

***Como arguido na inicial do agravo de instrumento, foi estabelecida no local outra empresa com a mesma atividade comercial anteriormente exercida, só que com outro CNPJ. E isso é má-fé para não pagar seus débitos, podendo haver o redirecionamento e sucessão empresarial" (fls. 45/46e).***

No entanto, os Embargos de Declaração foram rejeitados, sem que tais questões relativas ao encerramento das atividades da executada no seu domicílio fiscal fossem efetivamente apreciadas.

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre o ponto, tem razão a recorrente, quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que a questão sobre a qual a Corte de origem não se pronunciou é relevante e tem o condão, caso seja procedente, de alterar o julgamento, e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia.

Destarte, resta configurada a violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, com a análise das alegações do recorrente, restando prejudicadas as demais questões.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

